

A CRISE ESTRUTURAL DA POLÍTICA

István Meszáros

1. Sintomas de uma crise fundamental.

Eu gostaria de começar com um breve apanhado dos extremamente inquietantes – de fato, eu diria, dos globalmente ameaçadores – acontecimentos* no campo da política e do direito. Mas permitam-me recordar a esse respeito minha primeira visita ao seu país, há alguns anos atrás.

Foi um pulo daqui de Maceió, em termos de distâncias no Brasil. Naquela ocasião, depois de um longo voo de Londres a Recife, fui levado de carro, de manhã cedo, para trocar idéias numa estação de rádio comercial em João Pessoa. Dez minutos depois de nossa conversa começar a ser transmitida ao vivo, vimos um grande alvoroço pelo vidro da porta que separava nosso estúdio da ante-sala. Durante o intervalo comercial ficamos sabendo que a razão do que parecia ser uma discussão séria era a preocupação expressada por uma testemunha ocular a respeito da grave ocorrência saques de comida* numa cidade perto de João Pessoa. Este incidente aconteceu em 1983, há exatamente 23 anos e dois meses.

Aproximadamente vinte anos mais tarde, na época da campanha eleitoral do Presidente Lula, eu li que ele havia anunciando como ponto mais importante de sua estratégia presidencial a meta de acabar com o grave male social da fome em seu país. As duas décadas decorridas desde os dramáticos saques de comida na Paraíba, é óbvio, falharam na resolução deste problema crônico. Naturalmente, vocês podem julgar muito melhor do que eu se o Presidente Lula teve sucesso na realização de seu compromisso solene. Mas ainda que a resposta a esta questão seja um enfático sim, do que eu duvido bastante, as sombrias estatísticas da ONU sublinham constantemente que o problema persiste, com conseqüências devastadoras, em várias partes do mundo. E isto ocorre a despeito do fato de que as forças produtivas à disposição da humanidade hoje em dia poderiam relegar para sempre ao passado o problema, agora totalmente imperdoável, da fome e desnutrição.

Seria tentador atribuir estas dificuldades, como ocorre frequentemente no discurso político tradicional, à contingências políticas mais ou menos corrigíveis e, a partir disso, eleger como antídoto trocas de pessoal, na próxima oportunidade adequada e estritamente dentro da ordem. Mas essa seria a desculpa costumeira, não uma explicação plausível. Pois a *obstinada persistência* dos problemas em questão, com todas as suas dolorosas conseqüências humanas, aponta para conexões com raízes muito mais profundas. Elas indicam algum tipo de força de inércia aparentemente incontrolável que parece ser capaz de transformar, com desanimadora frequência, até mesmo as “boas intenções” de manifestos políticos promissores em *pavimento da estrada para o inferno*, nas palavras imortais de Dante. Em outras palavras, o desafio é encarar as *causas fundamentais** e *determinações estruturais* que tendem a arruinar por força da inércia vários programas políticos desenvolvidos para intervenções corretivas, mesmo que os autores de tais programas admitam inicialmente que o estado atual das coisas seja inadequado.

Vamos considerar alguns exemplos notáveis, que demonstram de forma clara que não há apenas algo afetando perigosamente o modo como regulamos nossas relações sociais mas, pior que isso, também há a circunstância agravante de a tendência observável ser a intensificação dos perigos ao ponto de não haver mais volta.

* *developments*

* *food riots*

* *underlying causes*

Escrevi há seis anos atrás, para uma conferência pública em Atenas, em outubro de 1999, que “Com toda probabilidade, a forma última de ameaçar um adversário no futuro – a nova ‘diplomacia das canhoneiras exercida pelo ar patenteado’ – será a *chantagem nuclear*”. Seu objetivo será análogo ao do passado, embora a modalidade imaginada apenas acentue a inviabilidade absurda de tentar impor dessa forma a racionalidade última do capital às partes recalcitrantes do mundo”¹. Nesses curtos seis anos essas práticas potencialmente letais do fazer político do imperialismo global hegemônico se tornaram não apenas uma possibilidade geral, mas também uma parte integral da “concepção estratégica”, declaradamente neo-conservadora, do governo dos EUA. E hoje em dia, é mesmo pior. Pois na últimas semanas, no tocante ao Irã², teve início o estágio de planejamento efetivo de um curso de ação que poderia ameaçar, não apenas o próprio Irã, mas a humanidade inteira, com um desastre nuclear. A cínica postura pública costumeira empregada ao tornar públicas tais ameaças é “não confirmar, nem negar”. Mas ninguém poderia ser enganado por este tipo de embuste. De fato, este perigo tão real, e recentemente materializado, de desastre nuclear foi o que induziu um grupo de ilustres físicos americanos, entre os quais cinco ganhadores do Nobel, a escrever uma carta aberta ao Presidente Bush, em 17 de abril, na qual declararam que “É uma irresponsabilidade grave dos USA, enquanto maior superpotência, considerar cursos de ação que eventualmente poderiam levar à total destruição da vida no planeta. Nós conclamamos a administração a anunciar publicamente que está *descartando* a opção nuclear em relação a todos os adversários não nucleares, presentes ou futuros, e conclamamos o povo americano a fazer sua voz ser ouvida nessa questão”³.

Será que as instituições políticas legítimas de nossa sociedade estão em posição de mudar o rumo até das mais perigosas situações através da intervenção democrática no processo efetivo de tomada de decisões, como o discurso político tradicional permanece nos assegurando, a despeito de todas as evidências em contrário? Apenas os mais otimistas – e bastante ingênuos – poderiam sustentar e acreditar sinceramente que tal feliz estado de coisas é o que ocorre. Pois os principais poderes ocidentais, nos últimos anos, têm embarcado bastante à vontade em guerras devastadoras através de medidas autoritárias – como a “prerrogativa executiva” e a “prerrogativa Real”⁴ – sem consultar seus povos a respeito de questões tão graves, e obstinadamente pondo de lado as bases do direito internacional e os órgãos da ONU com propriedade de decisão. Os Estados Unidos arrogam para si, como seu *direito moral*, agir como bem quiserem, quando bem quiserem, a ponto de usar armas

¹ *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie*, p. 57, Boitempo Editorial. Publicado pela primeira vez na Grécia, em março de 2000. (No original em inglês: “In all probability the ultimate form of threatening the adversary in the future – the new ‘gunboat diplomacy’, exercised from the ‘patented air’ – will be the *nuclear blackmail*. But its the objective would be analogous to those of the past, while its envisaged modality could only underline the absurd untenability of trying to impose capital’s ultimate rationality on the recalcitrant parts of the world in that way”. Baghchi & Co., Kolkata 2001, p.39, Monthly Review Press edition, p. 40.)

² “Seymour Hersh observa que uma opção envolve o uso de uma bomba subterrânea como *arma nuclear tática*, como a B61-11, para assegurar a destruição da principal base nuclear do Irã em Natanz”. Sarah Baxter “Gunning for Iran”, *The Sunday Times*, 9 de abril de 2006.

³ Esta carta, datada de 17 de abril de 2006, com os e-mails das personalidades que a assinaram, pode ser lida em www.globalresearch.ca. A iniciativa de 17 de abril de 2006 foi precedida, no outono de 2005, por uma petição assinada por mais de 1800 físicos que repudiaram as políticas de armas nucleares dos Estados Unidos, que incluem seu uso preemptivo contra adversários não-nucleares.

⁴ John Pilger criticou Tony Blair com razão por causa disso. Ele escreveu que “Blair tem demonstrado seu gosto pelo poder absoluto ao abusar da Prerrogativa Real, que ele tem utilizado para ultrapassar o parlamento e ir à guerra”. O artigo da passagem citada foi publicado por Pilger no *New Statesman*, em 17 de abril de 2006. Poderíamos lembrar também que medidas como a “Prerrogativa Real”, bem como suas equivalentes igualmente problemáticas em outras constituições, foram inventadas, de modo geral, precisamente para o propósito de serem *abusadas*, enquanto cláusulas de escape autoritárias autolegitimadoras, que podem comandar arbitrariamente demandas democráticas sob circunstâncias problemáticas, ao invés de estender os poderes de tomada democrática de decisão, como deveria ser o caso em situações de aguda crise.

nucleares – não apenas *preventivamente*, mas *preemptivamente* – contra o país que quiserem, quando quer que “interesses estratégicos” assim exijam. E tudo isso é feito pelos EUA enquanto pretenso campeão e guardião da “democracia e liberdade”, servilmente seguido e apoiado em suas ações ilegais pelas nossas “grandes democracias”.

Há um tempo atrás o acrônimo M.A.D – isto é, “Mutually Assured Destruction” (destruição mutuamente assegurada) – foi usado para descrever o estado então existente de confrontação nuclear. Agora que os “neocons” (neoconservadores) não podem mais fingir que os Estados Unidos (e o Ocidente em geral) são ameaçados pela aniquilação nuclear, o acrônimo tornou-se literalmente em MADNESS (loucura), enquanto “legítima política de orientação” da *insanidade militar / política*. Isto é em parte consequência dos desapontamentos neoconservadores com a Guerra do Iraque. Pois “neocons americanos esperavam que a invasão do Iraque trouxesse a reboque um efeito dominó ao longo da região, com o povo do Irã e outros estados ricos em Petróleo reinvidicando liberdade e democracia ao estilo ocidental. Por azar, o contrário é que se tornou realidade, ao menos no Irã”⁵. Mas é muito pior, porque um sistema inteiro de “pensamento estratégico” internacionalmente entrincheirado e assegurado, com sede no Pentágono, se move furtivamente por trás de tudo. É isso que faz a nova MADNESS tão perigosa para o mundo inteiro, incluindo os *Estados Unidos*, cujos piores inimigos são precisamente esses “pensadores estratégicos”.

Podemos ver isso muito claramente num livro publicado em 2004 por Thomas P. M. Barnett⁶, resenhado na *Monthly Review* por Richard Peet. Citando o artigo de Peet: “Onze de setembro de 2001 foi uma imensa dádiva, diz Barnett, por mais cruel e invertido que isso possa parecer. Ele foi um convite da história para que os Estados Unidos acordassem da sonhadora década de 90 e *forçassem novas regras para o mundo*. O inimigo não é a religião (Islã) nem o lugar, mas a condição de *desconexão*. Ser desconectado neste mundo é ser isolado, excluído, reprimido e deseducado. Para Barnett estes sintomas de desconexão definem perigo. Pondo de forma simples, se um país estivesse ficando de fora da globalização ou rejeitando muito da sua vazão de conteúdo cultural, as chances seriam de que os Estados Unidos acabassem mandando tropas para lá... A visão estratégica nos Estados Unidos precisa se focar no “número crescente de estados que reconhecem um rol estável de regras concernentes à guerra e paz” – ou seja, as condições sob as quais é razoável declarar guerra contra inimigos identificáveis de “*nossa ordem coletiva*”. Aumentar essa comunidade é uma simples questão de identificar a diferença de entre regimes bons e maus e encorajar os maus a mudar seus rumos. Os Estados Unidos, pensa ele, têm a responsabilidade de usar seu *tremendo poder* para fazer a *globalização verdadeiramente global*. Ou então, partes da humanidade estarão condenadas a um status marginal que eventualmente os definirá como *inimigos*. E uma vez que os Estados Unidos *nomeiem esses inimigos*, irão invariavelmente *declarar guerra a eles*, liberando *morte e destruição*. Isto *não* é assimilação forçada, proclama Barnett, nem a extensão do império; ao invés disso, é a *expansão da liberdade*”⁷.

Evidentemente, esta “visão” beira a insanidade. Suas implicações brutais foram esmiuçadas numa entrevista de Barnett à *Esquire Magazine*:

“O que essa nova abordagem significa para esta nação e para todo o mundo? Deixe-me ser bem claro a esse respeito: Os rapazes jamais vão voltar pra casa. A América não vai deixar o Oriente Médio até que o Oriente Médio junte-se ao mundo. É simples assim. Não haver saída significa estratégia de não sair.”

⁵ Do artigo de Sarah Baxter no *Sunday Times* citado anteriormente.

⁶ Thomas P.M. Barnett, autor de “*The Pentagon’s new Map: War and Peace in the Twenty-First Century* (o novo mapa do Pentágono: guerra e paz no século vinte um), (Nova York: G. P. Puttnam’s Sons, 2004, 320 páginas).

⁷ Richard Peet, “Perpetual War for a Lasting Peace” (guerra perpétua para uma paz duradoura), *Monthly Review*, Janeiro de 2005, pp. 55-56.

De fato, isso dificilmente poderia ser posto de forma mais clara do que é feito por Barnett aqui e em seu livro. Desse modo, podemos ver a idealização gratuita das presunções absurdas do “tremendo poder” dos EUA e a correspondente projeção da “globalização” como dominação americana nua, admitindo abertamente que seus veículos são “*morte e destruição*”. E se alguém pensasse que Barnett é um escrevinhador inconseqüente, ele ficaria bastante alarmado. Pois Barnett é Pesquisador estratégico Sênior no U.S. Naval War College* de Newport, Rhodes Island, e um “sujeito de visão” no Escritório de Transformação de Força ligado à Secretaria de Defesa. Além do mais, ele é tido na conta de “sujeito de visão” para ser ouvido e seguido, com toda seriedade.

Tristemente, os mais altos escalões de “pensamento estratégico” nos Estados Unidos são habitados por tais “sujeitos de visão”, que estão determinados a adicionar os seus massivos blocos de pavimento não de boas, mas das mais agressivas más intenções, à estrada do inferno de Dante. Pois o grande poeta italiano nunca sugeriu que a estrada para o inferno de que estava falando fosse pavimentada apenas com boas intenções. De acordo com um desses perigosos “sujeitos de visão”, Max Boot – que é Membro Sênior do prestigioso US Council for Foreign Relations* – “Qualquer nação inclinada à política imperialista vai sofrer alguns empurrões. O exército britânico, no decurso das pequenas guerras da Rainha Vitória, sofreram as maiores derrotas com milhares de casualidades na Primeira Guerra Afegã (1842) e na Guerra Zulu (1879). Isto não emperrou significativamente a determinação britânica de defender e expandir o império; os deixou famintos por vingança. Se os americanos não podem uma atitude similarmente sanguinária*, então não têm nada a ver com a adoção da política imperialista⁸”. Cinicamente, em nome do alastramento de “democracia e liberdade”, a adoção sem reservas da violência colonial do passado é recomendada como modelo para a construção de império dos EUA hoje.

O que torna isso tudo particularmente preocupante é que no tocante a todos os assuntos de maior importância - alguns dos quais podem resultar na destruição da humanidade – encontramos um consenso extremamente ímpio* nos níveis mais altos de tomada de decisão política nos EUA, a despeito dos rituais eleitorais periódicos para a Presidência, bem como para o Congresso e o Senado, que supostamente oferecem alternativas reais. Porém, proclamadas diferenças em tais assuntos vitais são, via de regra, apenas diferenças fingidas. Como eu havia comentado em dezembro de 2002, bem antes da invasão no Iraque, “o presidente democrata Clinton adotava as mesmas medidas políticas que seu sucessor republicano, ainda que de forma mais camuflada. Quanto ao candidato democrata, Al Gore declarou recentemente que apóia sem restrições a guerra planejada contra o Iraque, pois tal guerra não representaria uma “mudança de regime”, mas apenas o “desarmamento de um regime que possui forças de destruição em massa⁹”. Também não devemos esquecer que o primeiro presidente americano a bombardear o Afeganistão foi ninguém mais que, o muitas vezes pateticamente idealizado, Bill Clinton. Daí pra frente está longe de ser surpreendente que o sucessor de Al Gore como candidato presidencial democrata, o senador John Kerry, tenha se apressado em declarar na última corrida presidencial, ecoando as palavras do oponente republicano George W. Bush, que “Americanos discordam desde questões climáticas até ao modo sobre como deveríamos ter ido à guerra. Mas agora seria impensável

* colégio naval de guerra

* conselho de relações estrangeiras

* bloody-minded attitude.

⁸ Max Boot, *Savages War of Peace* (um título retirado de *The White Man's Burden* (o fardo do homem branco) e Rudyard Kipling), citado em “The Failure of Empire” (a falência do império), Resenha do mês, pelos editores da *Monthly Review*, janeiro de 2005, p.7.

* utterly unholy consensus

⁹ Edição da Boitempo de *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie*, p.10.

para nós nos determos em discordâncias e deixar para trás uma sociedade em profundo conflito e dominada por radicais”. É bastante compreensível, portanto, que o distinto escritor e crítico americano Gore Vidal, tenha descrito a política dos Estados Unidos, com amarga ironia, como *Um Sistema de Partido Único onde há Duas Direitas*.

Infelizmente, os Estados Unidos não são de forma alguma o único país que poderia ser caracterizado em tais termos. Há vários outros onde igualmente – fora alguns pequenos partidos e movimentos, totalmente impotentes no tocante à tomada de decisões governamentais – as funções decisivas do fazer político são monopolizadas por arranjos consensuais autolegitimadores muito similares, com pouca (se alguma) diferença considerável entre si, não importando a troca ocasional das pessoas que estão no topo. Devido à limitação de tempo, eu preciso me deter, nesse campo, à discussão de um caso proeminente, o do Reino Unido (ou Grã-Bretanha). Este país específico – que tradicionalmente se promove como “Terra Mãe da Democracia”, às custas do documento histórico “Magna Carta” – sob o governo de Tony Blair se qualifica eminentemente sob a mesma distinção dúbia de “Sistema de Partido Único com Duas Direitas”, exatamente como o poderoso estado Norte Americano. A guerra do Iraque foi uma vergonha estampada no parlamento britânico por ambos os partidos Conservador e Novo Trabalhismo¹⁰, com a ajuda de manipulações e violações legais mais ou menos óbvias. Assim, agora podemos ler que “Transcrições que servem como evidência, dadas em sigilo pelo procurador geral, Lorde Goldsmith, em um inquérito oficial, sugerem que o crucial parecer sobre a *legalidade da guerra*, apresentado ao parlamento em seu nome, foi escrito para ele por dois dos aliados mais próximos de Tony Blair... O primeiro secretário do exterior, Robin Cook, disse noite passada que tendo se demitido no dia anterior, jamais havia ouvido Lorde Goldsmith tratar do caso legalmente no gabinete ‘Eu agora acho que ele nunca escreveu formalmente uma segunda opinião’, declarou ao *The Guardian*¹¹”.

Naturalmente, as subseqüentes exposição e condenação públicas de tais práticas por proeminentes experts legais, a respeito da “guerra ilegal de Bush e Blair¹²”, sequer fazem alguma diferença. Pois os interesses travestidos do imperialismo hegemônico global – servido sem hesitação e humildemente pelo sistema político consensual do maior poder imperialista de outrora, deve prevalecer a todo custo.

As conseqüências desse modo de regular as transações sociais e políticas têm um longo alcance. De fato, elas podem ter implicações devastadoras para as supostas credenciais democráticas de todo o sistema legal. Aqui, três casos importantes devem ser o suficiente para ilustrar este ponto.

O primeiro diz respeito ao alarme dado pelo famoso escritor John Mortimer que foi no passado um apoiador apaixonado do Partido Trabalhista Britânico, e não é de forma alguma uma figura socialmente radical. No entanto, à luz dos recentes eventos legais e políticos, e em particular devido à abolição da salvaguarda legal crucialmente importante, o *habeas corpus*, ele sentiu a necessidade de protestar com igual paixão, escrevendo num artigo de jornal que “agora que emergiu o fato repulsivo de que a idéia de “modernização” do Novo Trabalhismo é para nos obrigar a retroceder para antes da Magna Carta e da Declaração de Direitos¹³, dias negros onde não havíamos conquistado o pressuposto da inocência (...) Tony Blair parece estar a favor de convicções sumárias fornecidas pela polícia sem necessidade que qualquer

¹⁰ New Labour

¹¹ “Transcripts show N° 10’s hand in war legal advice” (transcrições mostram a mão do governo no parecer legal da guerra), *The Guardian*, 24 de fevereiro de 2005. Deve ser mencionado aqui, a título de esclarecimento, que a primeira opinião de Lorde Goldsmith era extremamente cética em relação à legalidade da guerra pretendida.

¹² Ver Philippe Sands, *Lawless World: América e o Fazer e Quebrar das regras Globais*, Allan Lane, Penguin Books, Londres, 2005, 324 páginas.

¹³ Bill of Rights.

averiguação num grande número de casos. Então séculos de constituição dos quais tanto nos orgulhamos são dispensados¹⁴”.

O segundo caso mostra como o governo britânico responde às críticas severas, mesmo dos mais altos órgãos do judiciário: pela *rejeição autoritária*. Como ficou claro recentemente: “Uma suprema corte classificou ontem o sistema do governo de ação contra suspeitos de terrorismo como “*uma afronta à justiça*” e sentenciou que elas violam artigos dos direitos humanos... *O Departamento de Estado* * *rejeitou a sentença da corte*”.

Em relação ao terceiro caso, ele aponta para uma questão legislativa da maior importância: a *autoridade* do próprio parlamento, ameaçada pela “Declaração de Reforma”. Citando John Pilger: “A Declaração de Reforma Legislativa e Regulatória já passou por sua segunda leitura no parlamento sem despertar o interesse da maioria dos parlamentares trabalhistas e jornalistas políticos; e, no entanto, tem um escopo *extremamente totalitário*... O que significará que o governo possa mudar secretamente o Ato Parlamentar, e que a constituição e leis possam ser nocauteadas por um decreto de Downing Street*. A nova declaração marca o fim da democracia parlamentarista real; e o efeito disso *é tão significativo quanto o fato do congresso dos EUA ter abandonado a Declaração de Direitos no ano passado*¹⁵.”

Assim, a manipulação e violação do direito interno e internacional, na tarefa de justificar o injustificável, carregam consigo perigos consideráveis, mesmo para requerimentos constitucionais elementares. Sob pressão direta dos Estados Unidos, para assegurar a si apoio ilegal às suas intervenções militares e aventuras em outros países, as mudanças negativas – removendo alguns escrutínios legais vitais e salvaguardas da base legal e política de seus “aliados” – não podem ser confinadas ao contexto internacional imposto pelo EUA. Elas tendem a minar a constitucionalidade em geral, com consequências incontrolláveis para a operação do sistema legal interno dos “aliados voluntários”, ao subverter suas tradições legais e políticas. Arbitrariedade e autoritarismo podem provocar agitações como resultado de mudanças tão grandemente irresponsáveis que não hesitam em provocar danos até mesmo na constituição estabelecida.

O debate em curso no Japão oferece um caso exemplar neste ponto. Pois “Surgiu uma situação grave na qual as forças políticas para a *revisão constitucional adversa* estão efetivamente competindo entre si para delinear uma nova constituição. O LPD (Partido Liberal Democrático, há muito tempo no comando) ‘delineou uma nova Constituição’... retirando o segundo parágrafo do Artigo 9º da atual Constituição e adicionando uma medida provisória que autoriza o Japão a ‘manter uma autodefesa militarmente’ com a função de desempenhar ‘atividades coordenadas para garantir a paz e segurança da comunidade internacional’, abrindo assim o caminho para autorizar ao Japão o *uso da força no exterior*. Também contém uma cláusula para *restringir direitos humanos fundamentais* em nome de ‘interesse público e ordem pública’, que acaba por *negar o constitucionalismo*. Além disso, também é bastante sério que o delineamento constitucional do LPD torne mais fácil fazer emendas adversas à Constituição no futuro, ao agilizar o requerimento para iniciação de emendas pela Dieta¹⁶”. O propósito imediato de tais mudanças é, obviamente, fazer do povo japonês bucha de canhão “voluntária” na presente e nas futuras guerras do imperialismo dos

¹⁴ John Mortimer, “I cannot believe that a Labour Government would be so ready to destroy our freedom of speech and our civil liberties” (eu não posso acreditar que um partido trabalhista estaria tão pronto a destruir nossa liberdade de expressão e nossos direitos civis), *The Mail on Sunday*, 2 de outubro de 2005.

* home office.

* endereço da sede do Parlamento Britânico.

¹⁵ John Pilger sees freedom die quietly (John Pilger vê a liberdade morrendo quietamente), *New Statesman*, 17 de abril de 2006.

¹⁶ *Japan Press Weekly*, Special Issue (reportagem especial), março de 2006, p. 26

EUA. Mas quem poderia oferecer seguranças e garantias, a despeito da dolorosa evidência das aventuras passadas do imperialismo japonês, aliadas a sua história de repressão extrema, de que não haverá outras consequências mais adiante?

Por enquanto, há vários outros graves problemas clamando por soluções genuínas que poderiam estar bem ao nosso alcance. Alguns deles tem estado conosco por várias décadas, impondo terríveis sofrimentos e sacrifícios a milhões de pessoas. Um marcante exemplo disso é o de um país que faz fronteira com o seu, a Colômbia. Por quarenta anos as forças da opressão – internas e externas, dominadas pelos EUA – tentaram sufocar a luta do povo Colombiano, sem sucesso. Tentativas de chegar a uma solução negociada – “com a participação de todos os extratos sociais, sem exclusão, para poder reconciliar a família colombiana¹⁷”, nos termos do líder das FARC – têm sido sistematicamente frustradas. Como Manuel Marulanda Vélez escreveu recentemente numa carta aberta a um candidato à presidente: “Nenhum governo do bipartidarismo, liberal ou conservador, procurou uma solução política efetiva para o conflito social e armado. As negociações que ocorreram foram utilizadas para que nada mudasse de fato, para que tudo ficasse na mesma... Todo o esquema político dos governantes para as negociações se assentou na utilização da Constituição e das leis como barreira, sem que nada mude para que tudo continue na mesma¹⁸”.

Então, quando interesses sociais dominantes o ditam, “constitucionalidade” e as regras do “consenso democrático” são usadas na Colômbia (e em todo os outros lugares) como mecanismo cínico para evasão e eterno adiamento da solução até mesmo das questões mais inflamadas, não importando o quão imensa possa ser a escala de sofrimento imposta ao povo como resultado. Neste mesmo sentido, num contexto social diferente, mas sob o mesmo tipo de determinações estruturais profundamente arraigadas, até as violações mais claras e abertamente admitidas da constitucionalidade estabelecida são descuradas, a despeito falatório ritual periódico devido à necessidade de respeitar os requerimentos constitucionais. Sendo assim, quando o Comitê do Congresso dos EUA ao investigar o “Escândalo da Conexão Irã - Contras^{*}” concluiu que a administração Reagan estava envolvida com “*subversão da lei e boicote à constituição*”, não aconteceu absolutamente nada para condenar, e ainda menos remover, o presidente culpado. E ainda em outro tipo de caso – como vimos na determinação do poderoso governo do LPD em subverter a Constituição Japonesa – quando as cláusulas constitucionais originais parecem ser obstáculos ao embarque em novas aventuras militares perigosas, os interesses sociais e políticos dominantes do país impõem uma nova base legal cuja principal função é liquidar as outrora proclamadamente democráticas salvaguardas e tornar o que era antes tachado de ilegal em “legalidade constitucional” arbitrariamente institucionalizada. Também não devemos esquecer o que tem acontecido, no sentido mais adverso e num rumo perigosamente autoritário, com a constitucionalidade dos estados Unidos e Inglaterra nos últimos meses.

Como indiquei no princípio, não podemos atribuir os problemas crônicos das nossas relações sociais a contingências políticas mais ou menos corrigíveis. Há muito em jogo, e historicamente falando nós temos um tempo bastante limitado à nossa disposição para mudar o rumo, de forma socialmente sustentável, de todos os agravos por demais óbvios das classes sociais estruturalmente subordinadas. A questão do *por quê?* – a respeito de demandas *substantivas*, e não simplesmente as falhas pessoais contingentes, mesmo quando elas sejam sérias, como as instâncias freqüentemente superexpostas da corrupção política generalizada,

¹⁷ Manuel Marulanda Vélez, “Carta enviada pelo líder histórico das FARC da Colômbia a Álvaro Levy, candidato às Eleições Presidenciais marcadas para 24 de maio de 2006, *resistir.info*, Abril de 2006.

¹⁸ Ibid.

* Irangate Contra Affairs – Foi um grande escândalo político nos EUA que envolveu vários membros da Administração Reagan, que em 1986 ajudaram a vender armas ao Irã, um inimigo dileto, e usaram os fundos para apoiar os Contras, um grupo de guerrilha direitista da Nicarágua. (N.T; fonte:Wikipedia).

são – não pode ser evitada indefinidamente. É necessário investigar as causas sociais e determinações estruturais profundamente assentadas nas raízes das inquietantes tendências negativas na política e direito, para que possamos ser capazes de explicar sua obstinada persistência, que atualmente vêm piorando. Essa questão do “por que” é o que eu gostaria de explorar agora.

2. A natureza da crise estrutural do capital.

A este respeito é necessário esclarecer as diferenças relevantes entre *tipos* ou *modalidades* de crise. Não é uma questão indiferente se uma crise na esfera social possa ser considerada *periódica* / *conjuntural*, ou algo muito mais fundamental que isso. Pois, obviamente, o modo de lidar com uma crise fundamental não pode ser conceitualizado nos termos das categorias de crises periódicas ou conjunturais.

Antecipando um ponto chave dessa discussão, no que se refere à política, a diferença crucial entre os dois tipos sensivelmente contrastantes de crise em questão é que as crises periódicas ou conjunturais têm seu desdobramento e sua resolução mais ou menos bem-sucedida *dentro* de uma dada estrutura política, já a crise fundamental afeta *a própria estrutura* política em sua inteireza. Em outras palavras, em relação a um dado sistema socioeconômico e político, estamos falando sobre a diferença vital entre as crises mais ou menos freqüentes *na* política em contraposição a crise *da* modalidade estabelecida da própria política, com requerimentos *qualitativamente* diferentes para sua possível solução. É esta última que nos diz respeito atualmente.

Em termos gerais, esta distinção não é simplesmente uma questão da aparente *severidade* dos tipos contrastantes de crise. Pois uma crise periódica ou conjuntural pode ser dramaticamente severa – como foi a “Grande Crise Econômica de 1929 – 1933” – e ainda assim passível de solução dentro dos parâmetros do sistema posto. Interpretar erroneamente a severidade de uma dada crise conjuntural como se fosse uma *crise sistêmica fundamental*, como Stálin e seus conselheiros fizeram no meio da “Grande Crise Econômica de 1929 – 1933”, leva certamente a estratégias equivocadas e bastante voluntaristas, (como declarar a social democracia o “principal inimigo” no começo da década de 30), que poderiam apenas fortalecer, como de fato fortaleceram, as forças de Hitler. E do mesmo modo, mas no sentido oposto, o caráter “não-explosivo” de uma crise estrutural prolongada, em contraste às “tempestades” (Marx) através das quais crises periódicas e conjunturais possam descarregar e resolver a si mesmas, pode levar a estratégias fundamentalmente mal concebidas, como resultado da má interpretação da ausência de “tempestades”, como se isso fosse a evidência irresistível de estabilidade indefinida do “capitalismo organizado” e da “integração da classe trabalhadora”. Esse tipo de interpretação errônea, de fato maciçamente promovida pelos interesses ideológicos dominantes sob pretensões de “objetividade científica”, tende a reforçar a posição daqueles que representam a aceitação auto-legitimadora das aproximações reformistas acomodatórias nos institucionalizados – que em outra época foram genuinamente oposicionistas – partidos da classe trabalhadora e sindicatos (hoje não passam de “A Oposição Oficial de Sua Majestade”, como diz o ditado). Mas mesmo entre os críticos comprometidos do sistema do capital, a mesma concepção errônea a respeito da perspectiva indefinidamente livre de crises da ordem estabelecida pode resultar na adoção de uma *postura defensiva auto-paralizante*, como pudemos testemunhar no movimento socialista nas últimas décadas.

Nunca é demais salientar, a crise da *política* em nosso tempo não é inteligível sem estar referida à estrutura social completa e dominante da qual a política é uma parte integral. Isto significa que para esclarecer a natureza da crise política persistente e em aprofundamento no mundo inteiro hoje, precisamos focar a atenção na crise do próprio sistema do capital. Pois a

crise do capital que estamos experimentando – desde o comecinho da década de 70¹⁹ – é uma *crise estrutural* que abarca tudo.

Vamos ver, num resumo tão breve quanto possível, as características definidoras da crise estrutural de que estamos tratando.

“A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

(1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc).

(2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);

(3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro; a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (...)

Para apreciar a novidade histórica da crise estrutural do capital, precisamos localizá-la no contexto dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do século XX. Mas antes é necessário fazer algumas observações gerais sobre os critérios de uma crise estrutural, bem como sobre as formas nas quais podemos imaginar sua solução.

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global.

Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema, relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo.

O mesmo contraste pode ser expresso em termos dos limites que qualquer complexo social particular venha a ter em sua imediatez, em qualquer momento determinado, se comparado àqueles além dos quais não pode concebivelmente ir. Assim, uma crise estrutural não está relacionada com os limites *imediatos*, mas os limites *últimos* de uma estrutura global²⁰ (...).

Assim, num sentido bem óbvio, nada poderia haver de mais sério que a *crise estrutural* do modo de reprodução sociometabólica do capital que define os *limites últimos* da ordem estabelecida. Mas ainda que profundamente séria em seus importantíssimos parâmetros gerais, em vista deles a crise estrutural pode não *aparentar* ser de uma importância tão

¹⁹ Escrevi em novembro de 1971, no Prefácio da Terceira Edição da Teoria da Alienação de “A Teoria da Alienação em Marx” que os acontecimentos e o desenrolar dos eventos (unfolding events and developments) “sublinharam dramaticamente a intensificação da *crise estrutural global do capital*”.

²⁰ Esta citação foi tirada da seção 18.2.1 de *Beyond Capital* (pp. 680-682; edição da Boitempo de *Para Além do Capital*, pp. 795 – 798). No capítulo 18 desse livro a questão é discutida com maiores detalhes.

decisiva, se comparada às dramáticas vicissitudes de uma grande crise conjuntural. Pois as “tempestades” através das quais as crises conjunturais se manifestam são bastante paradoxais, levando em conta que, em seu modo de funcionar, elas não apenas se *descarregam* (e impõem-se), mas também *resolvem* a si mesmas, até o ponto em que isso seja factível, dadas as circunstâncias. Elas podem fazer isso precisamente por conta de seu caráter parcial que não traz à questão os limites *últimos* da estrutura global estabelecida. Ao mesmo tempo, entretanto, e pelas mesmas razões, elas só podem “*resolver*” os problemas estruturais fundamentais profundamente arraigados – que necessariamente se afirmam de novo e de novo, na forma de crises conjunturais específicas – de um modo *estritamente parcial* e temporalmente limitadíssimo, ou seja: até que a *próxima crise conjuntural* apareça no horizonte social.

Por contraste, à vista na natureza inescapavelmente complexa e *prolongada* da crise estrutural, em seu desdobramento no tempo histórico (num sentido de *época* e não episódico / instantâneo) é a *inter-relação cumulativa* do todo que decide a questão, mesmo sob a falsa aparência de “*normalidade*”. Isto por que na crise estrutural *tudo* está em jogo, incluindo os limites *últimos* ubíquos da ordem posta, dos quais não é possível haver uma *instância particular* “simbólica / *paradigmática*”. Sem entender o as conexões sistêmicas gerais e implicações dos eventos particulares e desdobramentos, nós perdemos de vista as mudanças realmente significativas e os níveis correspondentes de potencial intervenção estratégica, para afetá-las de modo positivo, no interesse da necessária transformação sistêmica. Nossa responsabilidade social, a partir disso, clama por uma consciência crítica sem peias a respeito da *inter-relação cumulativa* emergente, ao invés de ficar procurando afirmações reconfortantes no mundo da normalidade ilusória, até que o teto desabe em nossa cabeça.

Dada a crise estrutural do capital em nossa época, seria um absoluto milagre se ela não se manifestasse – e, certamente, num sentido profundo e extensivo – no domínio da política. Pois a política, juntamente à sua estrutura legal, ocupa uma posição vitalmente importante no sistema do capital. Isto se deve ao fato de o Estado moderno ser a *estrutura política totalizante de comando do capital*, requerida (tanto quanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviva) para introduzir algum tipo de *coesão* (ou unidade efetivamente funcional) – mesmo que de um tipo extremamente problemático e periodicamente rompido – na multiplicidade dos *constituintes centrífugos* (os “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital.

Este tipo de coesão só pode ser *instável* porque depende da correlação de forças, mutável por sua própria natureza, mas que está sempre prevalecendo. Uma vez rompida aquela coesão, por causa de uma mudança significativa na correlação de forças, ela precisa ser reconstituída de alguma forma, para se encaixar na com a nova correlação de forças, ou seja: até que se rompa de novo. E assim isso vai continuando, como uma questão de rota já segura. Esse tipo de dinâmica problematicamente auto-renovadora aplica-se tanto *internamente*, entre as forças dominantes de cada país, como *internacionalmente*, requerendo reajustes periódicos, de acordo com as mudanças das relações de poder da multiplicidade dos estados na ordem global do capital. Foi assim que os EUA puderam adquirir sua dominância global no século XX, em parte com a dinâmica interna de seu próprio desenvolvimento, e em parte através da afirmação progressiva de sua superioridade imperialista sobre os poderes imperialistas anteriores, bastante enfraquecidos – Bretanha e a França, sobretudo – durante a Segunda Guerra Mundial.

A grande questão a este respeito é: até quando esta coesão do tipo que quebra e reconstitui o sistema, em funcionamento efetivo, pode ser levada sem ativar a crise estrutural do capital? O reajuste forçado da correlação de força entre os Estados não parece constituir-se num limite último neste campo. Enfim, precisamos lembrar que a humanidade teve que suportar, e *suportou*, os horrores de duas Guerras Mundiais sem trazer à tona a questão da

aptidão do capital para continuar como controlador sistêmico de nossa reprodução sociometabólica. Isto poderia ser considerado não apenas compreensível, mas, pior que isso, também aceitável, porque sempre esteve na *normalidade* do capital a estatuto de que “tem de haver guerra se o adversário não puder ser subjugado de outra forma”. O problema é, no entanto, que tal “razoabilidade” – que nunca foi mais “razoável” que a asserção categórica de que “o poder está certo, sejam quais forem as consequências” – agora é totalmente absurda. Pois uma Terceira Guerra Mundial não iria parar apenas no ponto de subjugar o proclamado adversário. Ela iria destruir toda a humanidade. Quando Einstein foi questionado sobre os tipos de arma que seriam usados numa terceira guerra, sua resposta foi que ele não poderia dizer isso, mas que poderia *garantir absolutamente* que todas as subseqüentes seriam feitas com *machados de pedra*.

O papel da política em reconstituir a coesão requerida sempre foi grande no sistema do capital. Muito simplesmente, tal sistema não poderia ser mantido sem ela, pois tenderia a se fazer em pedaços sob a força centrífuga de suas partes constituintes. Em geral, o que aparece sob a normalidade do capital como uma *crise política* séria, deve-se, num sentido mais profundo, à necessidade de produzir uma nova coesão social em nível geral, de acordo com a materialidade que mudou – ou está mudando – a correlação de forças. Assim, por exemplo, tendências *monopolísticas* de acontecimentos não podem simplesmente ser deixadas à vontade sem causar problemas massivos ao seu redor. Elas precisam ser postas, de algum modo, dentro uma estrutura relativamente coesiva pela política – a estrutura totalizante de comando do capital. Isto tem que ser feito mesmo se os passos reguladores adotados demonstrativamente (como ocorre com frequência) resultem em nada mais que manifesta racionalização ideológica e justificação da nova correlação de forças, para mais adiante serem relaxados em favor das corporações monopolistas (ou quase monopolistas) como ordena a tendência destacada. Naturalmente, o desenvolvimento monopolista internacional se posiciona na base do mesmo tipo de determinações. Mas todos esses processos são, em princípio, compatíveis com a normalidade do capital, sem resultar necessariamente na crise estrutural dos sistemas e nem, decerto, na crise estrutural da política. Pois, até quando estivermos discutindo a questão da crise, nós ainda estamos falando de crise *na política* – ou seja, crises particulares desdobrando e resolvendo a si mesmas dentro dos parâmetros administráveis do sistema político estabelecido - e não da crise *da política*.

Instituições políticas estabelecidas têm a importante função de administrar, e em certo sentido, até mesmo de tornar rotineiro, o modo mais conveniente e duradouro de reconstituir a coesão social requerida, em sintonia com os desenvolvimentos materiais em curso e com a correlação de forças correspondentemente em mudança, ativando ao mesmo tempo também o arsenal cultural e ideológico a serviço daquele fim. Em sociedades capitalistas democráticas este processo, no domínio político, é usualmente administrado na forma *eleições parlamentares periódicas* (contestadas de maneira mais ou menos genuína). Mesmo quando a precisão por reajustes reconstituintes necessários não pode ser contida dentro de tais parâmetros ordeiros, devido a algumas mudanças maiores na correlação fundamental de forças, e traz consigo intervenções de tipo político / militar, ainda podemos estar falando de sobre crises *na política*, que podem ser contidas pelo capital, já que mais cedo ou mais tarde vemos um retorno à “constitucionalidade democrática” característica da normalidade do capital. Além do mais, tais desenvolvimentos são frequentemente controlados em grande escala do exterior, como testemunham as numerosas instancias de mando autoritário na América Latina inspiradas e manejas pelos EUA.

É claro que se trata de uma questão muito diferente quando processos profundamente autoritários e tendências de desenvolvimento começam a prevalecer não em regiões subordinadas, mas bem no *coração* – as partes estruturalmente dominantes – do sistema

global do capital. Nesse caso, o modelo inicial de “um peso para duas medidas^{*)}” - que consiste em dominar brutalmente (mesmo de forma militar-imperialista) outros países, enquanto fica-se confortavelmente em casa com as “regras democráticas do jogo”, incluindo a completa *observância da constitucionalidade* – se torna inadmissível. O *reposicionamento das contradições* é uma aspiração sistêmica do capital, até quando for praticável. Dadas as hierarquias estruturais que prevalecem e devem prevalecer, em qualquer momento e também em relações entre os Estados, faz parte da normalidade do sistema que os países dominantes tentem *exportar* – na forma de *intervenções violentas*, incluindo as guerras – suas contradições internas para outras partes menos poderosas do sistema. Fazem isso na esperança de se assegurar internamente, e em meio a colisões maiores, intensificar até por entre divisões de classes, a coesão social requerida.

No entanto, isto se torna cada vez mais difícil – não importando toda a mitologia auto-indulgente sobre “globalização universalmente benéfica” – à medida que o sistema do capital vai ficando mais interligadamente globalizado. Como resultado, mudanças significativas precisam desdobrar-se, com sérias conseqüências em toda parte. Pois a preocupação primordial do estado abrangentemente dominante do capital – nos dias atuais, os Estados Unidos da América – é assegurar e reter o controle sobre o sistema global do capital, enquanto poder supremo do imperialismo hegemônico. Mas, à vista dos proibitivos custos materiais e humanos envolvidos, que precisam ser pagos, de um jeito ou de outro, este desígnio de dominação global inevitavelmente carrega consigo perigos imensos, bem como a implicada resistência, não apenas internacionalmente, mas também internamente. Por esta razão, para manter o controle autoritário sobre o sistema do capital como um todo, sob as condições de uma crise estrutural em aprofundamento, inseparável da globalização capitalista, as tendências inegavelmente autoritárias precisam se intensificar, não apenas no plano internacional, mas também dentro dos países imperialistas dominantes, para subjugar o que quer que se assemelhe à resistência. As graves violações de constitucionalidade, que nós já vimos nos EUA e na estrutura legal e política de seus aliados próximos, e o que nós provavelmente vamos ver mais no futuro, como pressagiado nas medidas e cláusulas legais codificadas em dados, ou mesmo sob as “considerações” bastante unilaterais nos fios condutores legislativos cinicamente manipulados, são claras indicações dessa perigosa tendência, sob o impacto da crise estrutural do capital.

No período pós-guerra “o fim do imperialismo” era celebrado, um tanto apressada e ingenuamente. Pois na realidade nós vimos apenas um reajuste longamente adiado na correlação internacional de forças, alinhado com o modo no qual as relações socioeconômicas e o poder político tinham sido objetivamente reformulados antes e durante a Segunda Guerra Mundial, como já projetado numa passagem chave do Primeiro Discurso Inaugural do Presidente Roosevelt advogando a “política de porta aberta” em todos os lugares, incluindo os então territórios coloniais. O reajuste pós-guerra carregava consigo, é claro, o rebaixamento dos primeiros poderes coloniais para a segunda e terceira divisões, como subordinados do imperialismo americano. Porém, por um número considerável de anos – no período pós-guerra de reconstrução e expansão econômica relativamente calma que ajudou o estabelecimento bem-sucedido e financiamento do Estado de Bem-Estar Social – a maior mudança trazida pela “política de porta aberta” (isto é, aberta para os EUA) forçosamente instituída era complementada pela ilusão que o próprio imperialismo havia sido relegado para sempre ao passado. Teve como complemento também a ideologia maciçamente difundida, infectando pesadamente não apenas intelectuais, mas também alguns movimentos organizados importantes da esquerda tradicional, de acordo com os quais não muito antes da

^{*} double book-keeping, ao pé da letra “caixa dois”, expressão que não pode ser utilizada aqui, devido ao contexto extremamente específico de que foi dotada no Brasil. (N.T).

guerra as *crises* admitidas da ordem estabelecida socioeconômica e política também pertenciam ao passado. Esta ideologia foi promovida – juntamente com sua pregação gêmea do “fim da ideologia” – na assunção gratuita que a partir daquele momento vivíamos no mundo do “capitalismo organizado” que havia tido sucesso em comandar suas contradições a partir de uma base permanente.

Foi necessário um rude despertar, também na política e na ideologia, como a crise estrutural abrangente e aprofundada na qual o capital se pôs. Em 1987, quando houve uma grande crise nas trocas de estoque internacionais, bancos mercantis europeus estavam argumentando numa discussão pública televisionada que a razão para a crise era a recusa dos EUA a fazerem algo a respeito de seu débito astronômico. O banqueiro americano retorquiu agressivamente que eles deveriam simplesmente esperar até que os EUA fizessem algo a respeito de seu débito, e aí eles iriam ver o que era uma crise enorme explodindo em sua cara. E num certo sentido ele estava certo. Pois era extremamente ingênuo esperar que a Europa pudesse se isolar convenientemente do ímpeto brutal nos arredores de crise global estrutural cronicamente sem solução da qual o débito dos EUA era apenas um aspecto, que envolvia a cumplicidade interesseira dos países devedores.

Nas duas últimas décadas temos visto um retorno do imperialismo sensivelmente manifesto, como vingança, depois de usar sua camuflagem bem sucedida de mundo pós-colonial de “democracia e liberdade” por muito tempo. E, sob as circunstâncias que prevalecem atualmente, ele assumiu uma forma particularmente destrutiva, que agora domina o estágio histórico fazendo par com a asserção pública da necessidade de engajamento, presente e futuro, em guerras ilimitadas. Além do mais, como mencionado anteriormente, ele não se constrange nem mesmo de decretar a “legitimidade moral” do uso de armas nucleares – “de forma preemptiva e preventiva” – contra países que não possuem tais armas.

Desde o ponto de partida da crise estrutural do capital, no comecinho da década de 70, os graves problemas do sistema têm se acumulado e piorado em todos os campos, e não menos no domínio da política. Embora, ao contrário de todas as evidências, o pensamento esperançoso da “globalização universalmente benéfica” continue tendo sua propagando em toda parte, não possuímos órgãos políticos internacionais que poderiam estar aptos para corrigir as conseqüências *negativas* claramente visíveis dos rumos de desenvolvimento em curso. Mesmo o limitado potencial das Nações Unidas é anulado pela determinação americana de impor as políticas agressivas de Washington ao mundo, como ocorreu na época da invasão ao Iraque sob falsas premissas.

Agindo daquele modo o governo dos Estados Unidos presumiu arbitrariamente como seu o papel intransferível de ser o governo global do sistema do capital como um todo, sem se interromper pelo pensamento da necessária falência última de tal desígnio. Pois não é o suficiente libertar uma “força suprema”, como a doutrina militar prescreve, que destrua o exército do outro lado e inflija no curso das aventuras militares adotadas imensos “danos colaterais” na população inteira. A ocupação permanente e dominação sustentável dos países atacados dessa forma é uma questão totalmente diferente. Imaginar que até mesmo o maior superpoder militar pudesse fazer isso, como uma questão de “normalidade forçada” imposta sobre o mundo inteiro, e estipulada neste sentido como o predicamento inalterável da “nova ordem mundial”, é uma proposição totalmente absurda.

Por azar, acontecimentos e desenvolvimentos têm apontado naquela direção por um longo tempo. Pois não foi o Presidente George W. Bush mas o presidente Bill Clinton quem arrogantemente declarou que *“há apenas uma nação necessária, os Estados Unidos da América”*. Os “neocons” queriam apenas viver a serviço, e reforçar, essa crença. Mas mesmo os assim chamados “liberais” não poderiam pregar nada mais positivo que o mesmo credo pernicioso, inteiramente no mesmo espírito. Eles estavam reclamando que nós temos no mundo hoje “estados demais”, e estavam advogando uma assim chamada “integração

jurisdicional²¹” como solução viável para o problema. O que quer dizer, uma grotescamente nomeada “integração jurisdicional” que iria significar realmente a pseudo-legitimação da um controle autoritário direto dos deplorados “estados supérfluos” por menos que um mero punhado de poderes imperialistas, sobretudo os Estados Unidos da América. Esta concepção, a despeito da terminologia ofuscante, não é muito diferente da teorização de Thomas P.M. Barnett de como lidar com a deplorável “condição de *desconexão*” citada anteriormente.

Se há “estados demais” hoje, não se pode desejar que eles não existissem. Nem podem eles ser através de devastação militar, para estabelecer naquela base a felicidade globalizada da “nova normalidade”. Interesses nacionais legítimos não podem ser reprimidos indefinidamente. De todos os lugares no mundo, é o povo da América Latina que pode testemunhar eloquentemente esta verdade.

A crise estrutural da política é uma parte integral da crise cada vez mais veloz da crise estrutural do sistema do capital. Ela é *ubíqua*, e conseqüentemente, não pode ser resolvida pela interferência, num modo auto-perpetuador / apologético, em nenhum de seus aspectos isolados. E menos ainda poderia ser resolvida pela interferência da própria constitucionalidade, da qual podemos ver várias instancias alarmantes. Nem mesmo através da subversão e abolição totais da constitucionalidade. Se juizes da Suprema Corte britânica e magistrados italianos puderam protestar contra tais atentados, não importando o quão agressivamente os Berlusconis deste mundo os denunciassem, mesmo três dias antes de uma eleição geral²², então nos também podemos fazer o mesmo, com consciências crítica do que está em jogo. Nosso modo estabelecido de controle sociometabólico está numa crise profunda, e ela só pode se remediada pela instituição de um modo radicalmente diferente, baseado na *igualdade substantiva*. Várias pessoas criticam corretamente as falhas dolorosamente óbvias da política parlamentar. Mas também a esse respeito, o repensar necessário do passado e do presente do parlamentarismo não pode levar a resultados sustentáveis sem ser inserido em sua base fundamental*, enquanto parte integral da nova ordem sociometabólica visada, inseparável dos requerimentos de igualdade substantiva. Várias pessoas hoje concordam que – por causa de sua destrutividade em escala mesmo no plano ambiental, bem como na espera da produção e acumulação dissipadora do capital*, para não mencionar as crescentes manifestações diretas da mais irresponsável destruição militar – nossa ordem sociometabólica não é viável futuramente. Porém, o que precisa ser trazido para linha de frente de nossa consciência crítica das tendências em curso dos acontecimentos e de seu *impacto cumulativo*, é o fato de que nosso tempo está cada vez mais curto. Nossa responsabilidade é fazer alguma coisa a esse respeito antes que não tenhamos mais tempo.

Tradução
Naísia Xavier

²¹ Ver Martin Wolf, *Why Globalization Works?* (por que a globalização funciona?), Yale University, New Heaven, 2004.

²² Ver a edição de 7 de abril de 2006 de *La Repubblica*, e em particular um artigo de Gyorgio Ruffolo: “Um paese danneggiato”.

* broad setting

* wasteful capital accumulation.